



TRIBUNAL PLENO – sessão: 21/08/14 – ITEM 17

RECURSO ORDINÁRIO

17 TC-031634/026/07

Recorrente(s): Luiz Antônio de Lima – Ex-Secretário Municipal de Administração do Município de Taboão da Serra.

Assunto: Contrato entre a Prefeitura Municipal de Taboão da Serra e Profac Engenharia e Comércio Ltda., objetivando a construção de Centro de Educação Fundamental Inclusiva Jardim Guaciara, no Município de Taboão da Serra, pelo regime de empreitada por preços unitários.

Responsável(is): Luiz Antônio de Lima (Secretário Municipal de Administração à época) e Antônio Roberto Valadão (Secretário Municipal de Finanças).

Em Julgamento: Recurso(s) Ordinário(s) interposto(s) contra o acórdão da E. Primeira Câmara, que julgou irregulares a concorrência e o contrato, acionando o disposto no artigo 2º, incisos XV e XXVII, da Lei Complementar nº 709/93. Acórdão publicado no D.O.E. de 24-04-12.

Advogado(s): Francisco Antônio Miranda Rodriguez, Marcelo Miranda Araújo e outros.

Acompanha(m): Expediente(s): TC-043087/026/08, TC-024289/026/11 e TC-034191/026/12.

Procurador(es) de Contas: Renata Constante Cestari.

Fiscalização atual: GDF-3 - DSF-II.

1. RELATÓRIO

1.1 Em sessão de 10-04-12, a Egrégia Primeira Câmara¹ — Relator E. CONSELHEIRO ANTONIO ROQUE CITADINI — julgou irregulares a Concorrência n. P-39/06 e o decorrente contrato, de 07-08-07, e conheceu dos Termos de Suspensão Contratual e de Rescisão da avença celebrados entre **PREFEITURA MUNICIPAL DE TABOÃO DA SERRA e PROFAC ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA.**, para construção do Centro de Educação Fundamental Inclusiva Jardim Guaciara, no valor de R\$7.412.949,61.

Consoante o voto do E. Relator, houve exigência editalícia restritiva à ampla participação na disputa licitacional (Certidão de Breve Relato – Simplificada – expedida pela Junta Comercial e com prazo superior a 60 dias).

¹ Conselheiros Antonio Roque Citadini, Presidente e Relator, Auditores Substitutos de Conselheiro Antonio Carlos dos Santos e Josué Romero.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
Gabinete do Conselheiro Dimas Eduardo Ramalho



O projeto básico não fora aprovado pela autoridade competente.

Após 21 dias da assinatura do contrato, sua execução foi suspensa para adequação do projeto básico, ensejando modificações substanciais que descaracterizaram o objeto pactuado e fizeram com que o ajuste fosse rescindido, causando prejuízos aos cofres municipais.

1.2 Irresignado, o ex-secretário de Administração do Município (fls. 4549/4585) interpôs **recurso ordinário** pleiteando a reforma na íntegra da r. decisão recorrida.

Alegou que “não é razoável que se condene atitudes da Administração Pública que beneficiam a sua população e que em momento algum causaram prejuízos ao erário”.

Sustentou que a licitação e o contrato atenderam integralmente a Lei de Licitações e obedeceram todas as Súmulas desta Corte de Contas e que *“a contratação alcançou satisfatoriamente um dos mais importantes princípios da Administração Pública, qual seja, o ‘princípio da eficiência’”.*

Assinalou que havia projeto básico *“com riqueza de detalhes”*, apresentado em meio eletrônico (CD), e aprovado pela Secretaria de Obras e de Administração.

Assegurou que *“a suspensão das obras deu-se devido a necessidade de realização de estudos complementares imprescindíveis antes da conclusão das obras (...) entende a Administração que a necessidade de realização de estudos complementares da demanda escolar para melhor atender a população, bem como a necessidade de se otimizar o aproveitamento do terreno, que já é escasso no Município, com possibilidade de alteração do projeto de engenharia e arquitetura, é plenamente possível e cabível para o presente caso”.*

Argumentou que *“somente ao longo da execução contratual é que se verificou a necessidade de suspensão dos serviços para que a Administração pudesse reavaliar as condições de execução das obras, se prevenindo contra a ocorrência de possíveis prejuízos, o que poderia acontecer caso fosse dada continuidade na execução das obras na forma prevista originalmente”.*



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
Gabinete do Conselheiro Dimas Eduardo Ramalho



Disse que a suspensão foi prevista para exatos 120 dias e observou o disposto no art. 78, XIV da Lei de Licitações.

Sobre a exigência de Certidão emitida pela Junta Comercial, advogou que a imposição *“visava buscar tão somente empresas com real possibilidade de assumir um contrato de valor elevado para este tipo de objeto”*.

Consignou que as empresas inabilitadas pela Comissão *“não atenderam na íntegra os termos do edital (...) a documentação apresentada pelas empresas que restaram inabilitadas não serviram para atestar a real condição econômico financeira destas”*.

1.3 A **Assessoria Técnica** e sua **Chefia** (fls. 4593/4597) manifestaram-se pelo conhecimento e desprovimento do recurso, pois as razões recursais não teriam sido hábeis a elidir os fundamentos da r. decisão.

1.4 No mesmo sentido o **Ministério Público de Contas** (fls. 4598/4599), para quem o recurso *“não trouxe nenhum argumento apto a alterar o juízo de reprovação da matéria”*.

1.5 A **SDG** (fls. 4600/4602), igualmente, não destoou dos pré-opinantes, porquanto os óbices à regularidade da matéria não foram afastados, com argumentação apresentada na primeira fase processual sendo agora repisada.

É o relatório.



2. VOTO PRELIMINAR

Recurso em termos, dele conheço.²

3. VOTO DE MÉRITO

Não se sustentam as alegações do Recorrente de que “a contratação alcançou satisfatoriamente um dos mais importantes princípios da Administração Pública, qual seja, o ‘princípio da eficiência’”.

Qual eficiência?

A que assim ficou registrada no r. voto recorrido? Vejamos: “o contrato foi firmado em 07-08-07 e após 21 dias da sua celebração a sua execução foi suspensa para adequação do projeto básico, ensejando modificações substanciais que descaracterizaram o objeto pactuado, e que fizeram com que o ajuste fosse rescindido”.

Também não possuem o mínimo de sustentação as alegações do Recorrente de que “não é razoável que se condene atitudes da Administração Pública que beneficiam a sua população e que em momento algum causaram prejuízos ao erário”.

Qual atitude da Administração beneficiou a sua população?

Talvez a intenção de construir um centro de educação fundamental. Mas, a intenção não foi concretizada pela atuação administrativa em análise. Aliás, dinheiro público foi gasto na elaboração de um projeto básico.

De fato, como também observado na r. decisão hostilizada, a não concretização do objeto pretendido e a posterior rescisão contratual causaram prejuízos ao erário municipal.

Qual benefício teria sido obtido pela população com as “atitudes da Administração Pública” no caso vertente, como alegado pelo Recorrente, se

² Acórdão publicado em 24-04-12 e recurso protocolado em 09-05-12.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
Gabinete do Conselheiro Dimas Eduardo Ramalho



se constatou, após 21 dias da assinatura do contrato, a falta de planejamento adequado acerca do objeto licitado, a qual resultaria na necessidade de suspensão da execução das obras por 120 dias *para realização de estudos complementares*? E desses estudos concluiria-se pela rescisão contratual.

Com efeito, a construção do centro de educação fundamental inclusiva do Jardim Guaciara não se concretizou por essa atuação administrativa; antes, foi postergada, mercê da rescisão contratual efetivada.

Então, não há que se falar em *efetivação de princípio da eficiência*, tampouco em *atitudes da Administração que beneficiaram a sua população*.

Observo, ainda, como também já assinalado no r. voto combatido, que houve exigências editalícias restritivas que extrapolaram o permissivo legal e resultaram na inabilitação de (13) mais da metade dos 23 interessados, em virtude de apresentação de certidões da Junta Comercial com prazo de validade superando 60 dias.

Diante do exposto e do que consta dos autos, encurto razões para, acolhendo unânimes manifestações da Assessoria Técnica, Chefia da ATJ, MPC e SDG, votar pelo **não provimento** do recurso, mantendo-se na íntegra a r. decisão recorrida, por seus próprios e jurídicos fundamentos.

Dessa decisão, dê-se conhecimento ao DD. Ministério Público do Estado de São Paulo, referenciando ofícios n.s 232/12 e 3490/12 EXPPGJ (TC-24289/026/11); n.s 2571/11 GPGJ e 96/11 (TC-24289/026/11); e n. 1037/08 – ref. Inquérito Civil n. 89/08, 2º P.J. Taboão da Serra (TC-043087/026/08).

DIMAS EDUARDO RAMALHO
CONSELHEIRO